

FICHA 4

LIBERTAÇÃO DE ORÇAMENTO NÃO EXECUTADO

1. LIBERTAÇÃO DE ORÇAMENTO NÃO EXECUTADO

Neste apartado expõe-se o critério para a determinação da execução mínima de 80% da despesa programada numa anuidade.

Assim, quando as Bases das Convocatórias estabeleçam que cada beneficiário deve cumprir uma **execução mínima de 80%** do seu orçamento anual aprovado e que, caso tal não seja cumprido, será libertada automaticamente a diferença da ajuda FEDER entre esse 80% e a execução real, deverá ter-se em conta o seguinte:

- ✓ Toda a despesa da anuidade N deverá estar incluída numa Certificação de Operação (CO) assinada e enviada, o mais tardar, **antes de 30 de abril** do exercício N+1. Caso contrário, poderá entender-se que o beneficiário não apresenta mais execução dessa anuidade e proceder-se-á à libertação automática.
- ✓ Uma vez revista a CO pelo Secretariado Conjunto e determinado o gasto finalmente elegível:
 - Se a execução do orçamento da anuidade N do beneficiário se situar entre 80% e 100%, a parte não executada será automaticamente transferida para o exercício seguinte, na proporção do não executado em cada categoria de despesa, para o qual o SC criará uma nova versão da operação no Interreg (CoFFEE) com o novo orçamento anual;
 - Se a execução do beneficiário for inferior a 80%, a diferença entre esse 80% e a execução real será automaticamente libertada (ou seja, descomprometida), enquanto os restantes 20% serão transferidos para o exercício seguinte, na proporção do não executado em cada categoria de despesa. A SC criará uma nova versão da operação no Interreg (CoFFEE) com o novo orçamento do beneficiário e será atualizado o Acordo AG-BP.

Exemplo: suponhamos que o beneficiário XXX tem aprovado um orçamento de 100.000 € distribuído por anuidades da seguinte forma:

ANO	DESPEZA APROVADA
2024	70.000 €
2025	30.000 €
TOTAL	100.000 €

ANO	OBJETIVO
2024 (80%)	56.000 €
2025 (80%)	24.000 €
TOTAL	80.000 €

O beneficiário executa em 2024 um total de 60.000 €, embora no controlo de primeiro nível lhe sejam retirados 10.000 €, pelo que a sua despesa elegível final da anuidade 2024, incluída numa CO assinada e enviada à SC antes de 30 de abril de 2025, ascende apenas a 50.000 € de despesa elegível.

O beneficiário deveria ter cumprido uma execução mínima de 80% de 70.000 €, ou seja, 56.000 €, e a sua execução foi de 50.000 €. Dos 20.000 € não executados:

- 6.000 € (56.000 € - 50.000 €) são automaticamente descomprometidos e deduzidos do FEDER aprovado ao beneficiário, de forma que o seu novo orçamento global na operação passa a ser de 94.000 € (despesa elegível)
- 14.000 € (70.000 € x 20%) do orçamento da anuidade 2024 passam automaticamente para a anuidade 2025.

O SC criará uma nova versão no Interreg (*CoFFEE*) da operação com o orçamento modificado do beneficiário:

ANO	ORÇAMENTO ATUALIZADO
2024	50.000 €
2025	44.000 €
TOTAL	94.000 €

IMPORTANTE

Para registar a **nova versão da operação** que materializa a desmobilização do compromisso aplicável em cada caso, **será necessário que o BP apresente uma alteração ao projeto** com a repartição por atividades dos novos montantes financeiros que afetem os diferentes beneficiários. A alteração deverá ser submetida pelo BP de acordo com os modelos e o procedimento estabelecidos na Ficha n.º 5 – Modificações projetos do Manual de Gestão de Projetos POCTEP 2021-2027.

Caso o BP não apresente a referida modificação no prazo de 2 meses estabelecido no procedimento em causa, ou não responda aos **pedidos de rectificação** que lhe sejam dirigidos no prazo máximo de **10 dias úteis**, o pedido de alteração será considerado desistido, ficando sem efeito e sendo arquivado.

Nessa situação, a SC procederá oficiosamente ao registo de uma versão da operação com a repartição por atividades que considere mais adequada para assegurar a viabilidade do projeto, tendo em conta a situação da operação e a informação disponível.